

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.258 - RJ
(2019/0138597-2)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : MARCELO HENRIQUE LIMIRIO GONCALVES
EMBARGANTE : CLEONICE BARBOSA LIMIRIO GONCALVES
ADVOGADOS : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS E OUTRO(S) -
RJ057739
GILBERTO DA SILVA COSTA FILHO - RJ088682
BIANCA MORAES BIANCO BLAK - RJ100908
EMBARGADO : JOÃO JOSÉ FERREIRA FILHO
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS FERREIRA SAVIOLI - GO022511
EMBARGADO : SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DECISÃO

Trata-se, na origem, de ação na qual se pediu a declaração de nulidade do leilão promovido pela SUSEP para a venda do Hotel Nacional, com a consequente anulação da arrematação e do termo de compromisso de compra e venda lavrados.

O Tribunal de origem manteve a sentença que extinguiu o feito sem resolução do mérito, bem como reduziu os honorários, anteriormente fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, para R\$10.000,00 (dez mil reais), tendo em vista que “não houve complexidade técnica nem probatória na presente ação” e que “a sentença foi prolatada antes da vigência do novo CPC”, cabendo, então, a fixação por apreciação equitativa do juiz (art. 20, § 4º, do CPC/1973).

Por meio de decisão monocrática, neguei provimento ao Agravo em Recurso Especial, sob a seguinte fundamentação:

Acrescente-se que o STJ pacificou a orientação de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração previstos na lei processual, e sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, às quais competem a cognição e a consideração das situações de natureza fática.

Nesses casos, esta Corte Superior atua na revisão da verba honorária somente quando esta tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso. Assim, o reexame das razões de fato que conduziram a Corte de origem a tais conclusões significaria usurpação da competência das instâncias ordinárias.

Dessa forma, aplicar posicionamento distinto do proferido pelo aresto confrontado implicaria, necessariamente, o reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado a este Tribunal Superior, conforme determinado na Súmula 7/STJ: “A pretensão de simples reexame de prova

não enseja Recurso Especial.

De início, os embargantes sustentam que o acórdão foi omissos acerca da alegação de que o recurso de Apelação interposto nas instâncias ordinárias estaria deserto.

Não se reconhece a alegada omissão, pois esse ponto não foi suscitado no Recurso Especial, tratando-se de inovação não apreciável em Aclaratórios. Ainda que assim não fosse, incide a Súmula 7/STJ, pois o Tribunal de origem consignou sobre a questão: “compulsando os autos, verifica-se certidão às fls. 2459, atestando que inexistem valores a serem recolhidos para interpor o recurso”, daí concluindo que “não há, portanto, ineficácia do recurso como acusa a ora embargante nem justificativa para decretar deserção, pois, embora o recolhimento de tais despesas seja uma determinação legal, o presente caso está dispensado de tal condição” (fl. 2.565, e-STJ). Não haveria, mesmo que fosse o caso, como revisar neste momento tais premissas fático-probatórias.

Também alega o embargante que “a decisão embargada, ao afirmar que está correta a estipulação dos honorários advocatícios de sucumbência, considerou, equivocadamente, que a Fazenda Pública seria a parte vencida na presente demanda, quando, na realidade, a única parte vencida foi o Autor, ora Agravado, ou seja, o Sr. João José Ferreira Filho”.

Embora de fato não tenha havido condenação da Fazenda Pública, tal constatação não infirma as conclusões expostas na decisão embargada, cujo fundamento central foi a Súmula 7/STJ e a particular aplicação que a jurisprudência dá ao verbete no caso de honorários, ao afirmar que “esta Corte Superior atua na revisão da verba honorária somente quando esta tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso”.

No Recurso Especial não se alegou má aplicação do art. 20, *caput* e § 4º, do CPC/1973, o que nem mesmo seria sustentável, mas a inobservância da equidade, afirmando o recorrente que no caso “os honorários sucumbenciais foram fixados em valores extremamente irrisórios” (fl. 2.576, e-STJ).

Essa alegação já foi respondida na decisão embargada, segundo a qual o caso não se amolda à jurisprudência que em situações muito restritas afasta a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, rejeito os Embargos de Declaração.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator